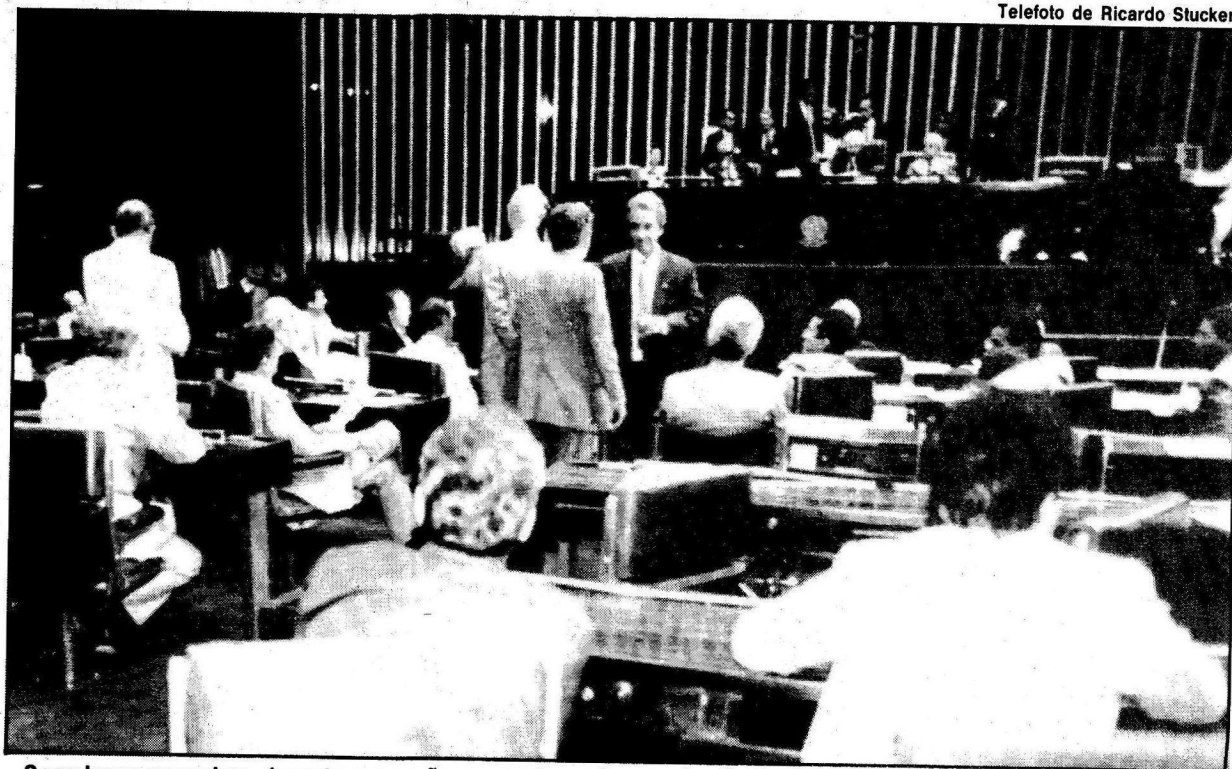


Senado aprova rolagem da dívida

Telefoto de Ricardo Stuckert



Senadores negociam durante a sessão na qual a rolagem da dívida dos estados e municípios foi aprovada

BRASÍLIA — A ameaça do PMDB de impedir a votação do ajuste fiscal e do projeto que cria o substituto do Finsocial levou o Senado, mesmo sob protesto, a ratificar ontem a decisão da Câmara e aprovar o projeto de rolagem das dívidas estaduais e municipais, que vai permitir o refinanciamento de US\$ 67,2 bilhões em 20 anos.

Depois de dois dias de exaustivas negociações, alguns senadores governistas que se recusavam a aprovar a rolagem recuaram e possibilitaram também a aprovação do projeto de alteração no Imposto de Renda, da cautelar fiscal e do Finsocial.

Os três projetos foram aprovados no Senado com o mesmo texto votado na Câmara. Agora, o Presidente Collor terá 15 dias para sancioná-los. O ajuste fiscal e a criação do substituto do Finsocial, no entanto, terão que ser sancionados antes do fim do ano, já que mudanças tributárias têm que ser feitas no ano anterior à sua implantação.

Resultado de um acordo entre o PMDB e o Governo, o projeto de rolagem das dívidas de estados e municípios, que inclui a dívida mobiliária e empréstimos da Caixa Econômica, BNDES e Banco do Brasil, permitirá a retomada de investimentos pelos estados. Politicamente, a proposta favorecerá as administrações do PMDB e fortalecerá seu presidente, o ex-governador Orestes Quêrcia.

A contrapartida do Governo, que assistiu à divisão de sua bancada em torno do assunto mas honrou o acordo com o PMDB, é a aprovação do ajuste fiscal; uma condição acertada com o Fundo Monetário Internacional para assinatura do acordo com o Brasil. Pelo projeto de mudanças no Imposto de Renda aprovado ontem, os impostos ficam indexados pela Unidade Fis-

cal de Referência (Ufir) e as alíquotas do Imposto de Renda passam a ser de 15% e 25%. As empresas terão que recolher o Imposto de Renda mensalmente.

Para o Governo, era também essencial aprovar o projeto que cria a contribuição que substitui o Finsocial, instituindo desconto de 2% sobre o faturamento das empresas. Ficarão isentas da nova contribuição as vendas de produtos agrícolas e agropecuários, as exportações e as instituições financeiras.

Em suas tentativas de convencer os senadores rebeldes das bancadas governistas, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, argumentou que, sem esse projeto da contribuição de 2%, o Governo não teria como pagar o aumento dos aposentados.